



## **AÇÃO ESTATAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO PARNA DOS LENÇÓIS MARANHENSES**

**Marceles Oliveira Rocha (GERUR/UFMA)**

Orientador: Benedito Souza Filho (PPGSoc/GERUR/UFMA)

### **OBJETO**

#### **VISÃO GERAL**

Este trabalho é parte integrante de um projeto de pesquisa maior realizado pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos – GERUR, intitulado “Ação Estatal de Conservação da Natureza e Populações Tradicionais no Brasil: conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, e visa a compreensão das modalidades de intervenção dos agentes do ICMBio junto às comunidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses dentro do município de Barreirinhas (44,86%), embora esta unidade de conservação, que possui 155.000 hectares de extensão, abranja ainda os municípios de Santo Amaro (42,15%) e Primeira Cruz (6,89%).

Criado em 1981, por meio de um decreto presidencial, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, UC integral, modalidade que não permite a presença de moradores, foi instituído numa área já ocupada pelas chamadas *comunidades tradicionais*. São famílias que vivem da pesca artesanal, agricultura familiar, criação de pequenos animais, artesanato de buri e comercialização da castanha de caju. Fazem uso comum dos recursos naturais do PARNA, via sistemas de produção caracterizados por formas específicas de interação com a natureza, a partir das quais constroem seu modo de vida (DIEGUES, 2008. p.89). Por meio da intimidade que têm com o território criam estratégias de apropriação, manejo e reprodução dos recursos ambientais, sem os quais têm plena noção de que não sobreviveriam.

O motivo para esta delimitação territorial do campo empírico deve-se ao fato de que tal projeto de pesquisa surge de uma demanda do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), do Centro de Defesa de Direitos Humanos, da Colônia de Pescadores e de outras instituições de Barreirinhas, devido às restrições sofridas pelas famílias dos povoados deste município. Tais intervenções se intensificam com o aumento da atividade do turismo, atividade que leva à intensificação da fiscalização pelo ICMBio, principalmente nos povoados considerados como atrativos turísticos.

A demanda das instituições de Barreirinhas objetiva a elaboração de um estudo antropológico nos 23 povoados localizados dentro do Parque, na tentativa de produzir informações que auxiliem na defesa da permanência dessas famílias em seu território historicamente ocupado.

Todas as atividades tradicionalmente realizadas por essas famílias, fundamentais à sua reprodução material e social, como pesca artesanal, agricultura, criação de animais e outras já citadas, constam do Plano de Manejo como atividades conflitantes com o objetivo da UC. Até mesmo a construção de novas moradias é proibida, sem a devida autorização do ICMBio está sujeita a aplicação de multas ao proprietário. O reparo de qualquer edificação ou estrutura utilizada pelas famílias dos povoados, prática constante das famílias, devido às condições ambientais de grande movimentação das areias, é rigorosamente controlada pelo órgão. Tais proibições ou restrições atingem diretamente a reprodução social desses grupos, numa clara tentativa de dificultar a presença das famílias dentro Parque.

O trabalho de fiscalização tem funcionado, assim, como forte pressão sobre as famílias, segundo os interlocutores com abordagens violentas dos fiscais do ICMBio, com exibição de armas de fogo, o que constrange moralmente esses trabalhadores. Tal pressão faz com que se sintam oprimidas e inseridas num sistema de coação e de privações, de obrigações e de interdições ou, como assinala Foucault (2012, p. 16) numa economia dos direitos suspensos.

#### **DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Algumas dessas modalidades de intervenção do ICMBio têm ensejado a emergência de *conflitos socioambientais* como choques entre atores e/ou grupos em função de seus distintos modos de entender ou de se relacionar com o meio biofísico, ou seja, aqueles que decorrem de divergência sem torno das interações ecológicas, que dizem respeito, também, a valores e modos de vida envolvendo o uso da natureza (LITTLE, s/d). No caso em questão, para compreender tais divergências, busco refletir sobre o uso que distintos agentes pretendem fazer do meio ambiente: para o Estado brasileiro, aquele é um espaço destinado à conservação e proteção de uma amostra importante de ecossistemas brasileiros; para o turismo/turista, é um espaço de apreciação da natureza, de grande beleza cênica, local de lazer e descanso; para as *comunidades tradicionais*, é parte integrante da sua organização social e econômica e fundamental para a sua reprodução como grupos. Como tais não existem apartados do meio ambiente, de onde retiram seu sustento, onde desenvolvem sua cultura, com base em formas sustentáveis de apropriação e manejo dos recursos naturais.

As perguntas centrais deste trabalho são: Quais as modalidades de intervenção que interferem no modo de vida das famílias? Quais os tipos de conflitos envolvendo as famílias que vivem e trabalham dentro do Parque e agentes do ICMBio? Como se manifestam esses confrontos? Há resistência das famílias? Que modalidades de pressão sobre as famílias são praticadas pelos agentes do ICMBio? Como tais pressões repercutem na reprodução econômica e social das famílias?

### **OBJETIVOS**

O estudo tem por objetivo geral entender as modalidades de intervenção dos agentes do ICMBio sobre as famílias, pesquisar se há confrontos entre grupos de famílias que vivem e trabalham no Parque Nacional dos Lençóis buscamos compreender também as modalidades de intervenção que têm gerado conflitos envolvendo as famílias e o órgão ambiental do Estado e em que medida essas ações podem contribuir para a saída dessas famílias do PARNA.

### **METODOLOGIA**

Como passo inicial, buscamos catalogar as diferentes modalidades de intervenção bem como os conflitos registrados durante a pesquisa em 23 povoados do Parque, na porção do município de Barreirinhas, identificando os agentes e as instituições envolvidas, os móveis desses episódios, as circunstâncias em que ocorrem e suas conseqüências para a reprodução material e social das famílias.

O trabalho de campo está sendo desenvolvido por meio de abordagem qualitativa, com a adoção das ferramentas próprias à pesquisa etnográfica, via trabalho de campo envolvendo observação direta, entrevistas e conversas informais, assim como anotações sistemáticas em caderno de campo e tomada de fotos e georreferenciamento.

### **CONCLUSÃO**

Durante os trabalhos de campo iniciais, registramos várias reclamações por parte de todos os interlocutores com os quais mantivemos contato em relação às supostas denúncias feitas ao órgão ICMBio, de vizinhos contra vizinho, como forma velada de resolução de conflitos internos a esses grupos, fato que passou a ocorrer com certa frequência após a chegada do órgão. Tal situação revela uma clara desorganização dos sistemas de autoridades próprios a essas comunidades, e das maneiras típicas de resolução das tensões internas, o que acaba minando equilíbrio desses grupos, a partir da instauração das “novas autoridades externas”. Com a chegada do ICMBio, registra-se, assim, uma “crise dos sistemas internos de autoridade” (WOLF, 1984. p.339) desorganizando as regras jurídicas costumeiras e favorecendo denúncias de morador contra morador. Tal crise, provocada e alimentada pelo órgão ambiental, tem sido uma forma de desorganizar esses grupos, implantando a discórdia em seu meio. As multas podem ser compreendidas como estratégias, posto que vão constrangendo e sufocando as famílias com uma série de restrições, forçando-as a sair do Parque mesmo contra sua vontade. Durante reunião com instituições e moradores do Parque, um dos moradores disse:

*“O discurso é só que vai tirar nós daqui, vai tirar, mas vai botar onde?!”*

Adriano - Tratada de Cima, 19/05/2016

Outra moradora disse:

*“A gente é pobre, a gente não conhece as lei que quer passar por cima de nós, nós não tem experiência de lei, mas nós tem a experiência de viver na vida”*

Dona Maria Do Celso – Ponta do Mangue, 19/05/2016

Observa-se, ainda, que a fiscalização é mais intensa naqueles povoados diretamente envolvidos com as atividades de turismo, como é o caso de Tratada de Cima, Atins, Ponta do Mangue, e outros, por se encontrarem nas principais rotas de visitação das belezas naturais. Este fato indica que a “limpeza” desses espaços da presença humana servirá diretamente à atividade turística, que visa encontrar nesses locais “paraísos desabitados”.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª Edição. São Paulo: Hucitec: Nupaub- USP/CEC, 2008.  
 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 16 (40ª Ed.)  
 LITTLE, Paul E. **A Etnografia dos Conflitos Socioambientais: bases metodológicas e empíricas**. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, s/d.  
 WOLF, Eric. **Guerras Camponesas no século XX**. São Paulo: Global Editora, 1984. (1ª Ed.)



FOTO: Marceles Oliveira – Janaúba



FOTO: Marceles Oliveira – Santo Antonio